

Aborto, idéia fora de questão

Mesmo sem contar, decisivamente, com a esmagadora maioria de votos femininos do Distrito Federal, as candidatas apresentam plataformas específicas quanto aos direitos que querem ver assegurados na futura Constituição. Independente de coloração ideológica e siglário partidário, elas pretendem essencialmente a mesma coisa: exorcizar, na forma da lei, o fantasma do machismo no lar, no trabalho, na escola ou no campo.

Há um porém sobre o qual é melhor falar. Nenhuma das mulheres ouvidas pelo CORREIO (cinco, ao todo, num universo de 15 candidatas) inclui no rol de suas propostas a controvertida questão de se legalizar ou não a prática do aborto. Maria Laura, do PT, foi a única a tocar no assunto, mas mesmo assim esclareceu que sua pretensão é a "descrição". A meia-medida é semelhante à do candidato do PT ao governo do Rio, Fernando Gabeira, quanto à maconha. Bem mineira, ainda que controversa.

A questão do trabalho da mulher é vista pela candidata do PFL, Eurides Brito, como a principal: "É inaceitável a discriminação que a sociedade ainda impõe ao segmento feminino. O caso brasileiro é ainda pior porque as coisas são camufladas. Há três anos, uma amiga minha foi indicada, em lista sextupla, para reitora de uma universidade federal. Na hora da escolha, um político lembrou ao presidente da República que aquele cargo era pra macho, e muito macho".

"Como mulher, ao começar minha carreira, fui despedida de uma escola em Belém quando fiquei grávida de meu primeiro filho. Isso foi em 1962. Eu era considerada uma boa professora, mas a direção me disse que mulher dava muito trabalho. Um ano depois eles se arrependiam e me chamaram de volta. Voltei principalmente para contar essa

história às outras professoras".

A professora identifica, ainda, outro tipo de discriminação, "da mulher contra o homem". Segundo Eurides, "alguns movimentos que objetivam a valorização da mulher à custa da desvalorização do homem. Pertenco a um grupo evangélico que quer cumprir a expressão de Deus ao criar o homem. Não é bom que ele esteja sozinho. Acho que isso se aplica à política, também".

Márcia Kubitschek disse que vai atacar, na Constituinte o problema que considera principal na questão da mulher, a das creches. Sua opinião é de que a mulher só poderá ocupar, integralmente, seu espaço na sociedade quando resolver seu problema da criação dos filhos.

Márcia vai propor sugestões para a construção de creches em todo o País, mantidas pela previdência social, para que se crie, no Brasil, "um sistema semelhante ao dos países socializantes, não comunistas, onde a mulher pode trabalhar porque o Estado garante apoio à criação de seus filhos. Já estou estudando como isso funciona em países como a Suécia, a Noruega e

a Dinamarca".

Maria de Lourdes Abadia promete lutar pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Ela alega que 34 por cento da renda bruta nacional é produzida por mulheres, mas elas só participam da geração de riquezas, nunca da distribuição. A mão-de-obra rural também é essencialmente feminina e vou lutar também pela mulher do campo".

"A discriminação é tanta — garante — que sempre que a gente assume uma posição de destaque, atribuem logo a algum pistolão". Maria de Lourdes já recebem mais de cem cartas pedindo para que se inclua na nova Constituição o direito da dona-de-casa à aposentadoria. "A mulher do lar é uma grande trabalhadora. É a primeira a se levantar e a última a dormir. Se ela ficar paralítica, se o marido morrer, o que é que ela vai fazer?"

A candidata à Câmara pelo PSB, Rose Mary Goes também vai apresentar proposta semelhante, "para que a mulher receba uma aposentadoria após 25 anos de serviço". Também vai lutar pelo horário de trabalho corrido para as mães. Outra sugestão que fará é pela cri-

minalização das empresas que não cumprem o disposto na CLT que determina a construção de creches às empresas com mais de 30 empregadas.

Para Arlete Sampaio, o principal problema é a discriminação da mulher no mercado de trabalho, que se traduz na preferência pela mão-de-obra masculina e no trato salarial diferente. Ela denuncia também "o despreito à fisiologia feminina, apesar do que é expresso na CLT. "Também acho que deve ser garantido o direito da mulher de decidir sobre seu próprio corpo, sobre a maternidade".

Maria Laura também propõe um tratamento de igualdade na relação de trabalho e prevê, para depois da Constituinte, uma alteração no Código Civil para que a mulher também possa ser considerada cabeça de casal. "Também precisamos pensar na questão do casamento. O que ocorre hoje é que nem imposto de renda a mulher pode declarar, atualmente, como cabeça de casal. Outro ponto que precisa ser melhor definido é o da companheira. Só assim, nós venceremos as duas principais discriminações, a histórica e a determinada pelo modelo econômico".



Maria Laura



Arlete



Elza Lugon